

Efemérides marxistas: 200 anos de Engels, 150 de Lênin e a atualidade de suas contribuições

Marxist observance: 200 years of Engels,
150 years of Lenin and the currentness of
their contributions

theófilo codeço machado rodrigues*



RESUMO

Em 2020, duas datas protagonizam os debates entre os marxistas: os 200 anos de Friedrich Engels e os 150 do de Lênin. O objetivo do presente artigo é identificar as principais contribuições desses dois autores clássicos, com ênfase na forma como foram recepcionados no Brasil. O texto está estruturado em três seções. A primeira apresenta a trajetória do pensamento político de Engels. A segunda trata de Lênin. São discutidas formulações originais desse revolucionário russo, como o combate ao dogmatismo, a teoria do imperialismo e o conceito de *via prussiana*. Por fim, a terceira seção traz as principais avaliações do presente artigo, quais sejam, as contribuições de Engels e Lênin ao debate contemporâneo, com ênfase no Brasil. De Engels, observa-se a forma pela qual alguns temas como a questão de gênero, a sociologia urbana e a crítica do direito chegaram ao Brasil. Já no que diz respeito ao que há de atual em Lênin, indica-se como seu conceito de *via prussiana* tornou-se referencial privilegiado para a interpretação do Brasil no pensamento social brasileiro e como sua teoria do imperialismo foi a base para a formulação da teoria marxista da dependência. Conclui-se que atualizar Engels e Lênin é também uma forma de manter suas obras vivas.

Palavras-chave: Marxismo; Engels; Lênin.

ABSTRACT

In 2020, two dates feature in the debates among Marxists: the 200 years of Friedrich Engels and the 150 years of Lenin. This article aims to identify the main contributions of these two classic authors, emphasizing on how they were received in Brazil. This article is structured in three sections. The first presents Engels' political thought trajectory. The second is dedicated to Lenin. The article discusses Lenin's original formulations, such as the fight against dogmatism, the theory of imperialism and the concept of the *Prussian way*. Finally, the third section shows Engels' and Lenin's contributions to the contemporary debate, with special emphasis on Brazil. From Engels, the text notes how some themes, such as gender, urban sociology and the critique of law have arrived in Brazil. From Lenin, we point to how the concept of *Prussian way* became a privileged reference for the interpretation of Brazil in the country's social thought, as well as how his theory of imperialism was used as basis to formulate the Marxist Theory of Dependence that succeeded in Latin America. Our conclusion is that updating Engels and Lenin is also a way to keep their work alive.

Keywords: Marxism; Engels; Lenin.

INTRODUÇÃO

São tempos de efemérides. Efemérides marxistas, diga-se de passagem. Em 2017, homenageamos o centenário da Revolução Russa. Em 2018, comemoramos o bicentenário de Karl Marx. Em 2019, foi a vez de lembrarmos do centenário da morte de Rosa Luxemburgo. Agora, em 2020, duas datas ocupam as agendas dos marxistas: os 200 anos de Friedrich Engels e os 150 anos do de Lênin. Muitas vezes lembrado como um “segundo violino”, Engels foi o grande companheiro político e intelectual de Marx ao longo dos 40 anos em que conviveram. Mas lembrar de Engels como um “segundo violino” equivaleria a menosprezar suas contribuições originais para a teoria social e política. Certamente não é isso que pretendemos. Afinal, Engels foi também um “primeiro violino”. Mais recente, Lênin não fica atrás de seus antecessores. Poderíamos dizer, inclusive, que foi além. Munido das ferramentas teóricas formuladas por Marx e Engels, o russo as atualizou para a sua terra e liderou, teórica e politicamente, a maior revolução do século XX, a revolução bolchevique de outubro de 1917. Suas ideias, como bem sabemos, não estão datadas historicamente. Ao contrário, muitas delas permanecem atuais e influenciam novas teorias e interpretações contemporâneas do mundo. Assim, o objetivo do presente artigo é identificar as principais contribuições desses dois clássicos, com especial ênfase na forma como foram recepcionados no Brasil.

O texto está estruturado em três seções. A primeira apresenta a trajetória e algumas nuances do pensamento político de Engels. A segunda seção investiga a trajetória intelectual de Lênin. Com maior intensidade do que na seção anterior, lá são discutidas formulações leninistas originais, como o combate ao dogmatismo na política, a teoria do imperialismo, o conceito de formação social e a teoria das duas vias do desenvolvimento capitalista — americana e prussiana. Por fim, a terceira seção traz as principais avaliações do presente artigo, quais sejam, as contribuições de Engels e Lênin ao debate contemporâneo, com ênfase no cenário brasileiro. De Engels, observa-se a forma pela qual alguns temas como a questão de gênero, a sociologia urbana e a crítica do direito chegaram ao Brasil. Já no que diz respeito ao que há de atual em Lênin, indica-se como seu conceito de *via prussiana* tornou-se referencial privilegiado para a interpretação do Brasil no pensamento social brasileiro, em articulação com os conceitos de *modernização conservadora*, de Barrington Moore, e de *revolução passiva*, de Antonio Gramsci. Ainda de Lênin, apontamos como sua teoria do imperialismo foi a base para a formulação da teoria marxista da dependência, que logrou sucesso na América Latina. O artigo conclui que atualizar Engels e Lênin é também uma forma de manter suas obras vivas.

ENGELS: UM VIOLINO DE 200 ANOS

Meu infortúnio é que, desde que perdemos Marx, eu deveria representá-lo. Passei a vida inteira fazendo aquilo para que estava preparado, ou seja, tocando o segundo violino e, de fato, acredito que me saí razoavelmente bem. E fiquei feliz por ter um primeiro violino tão esplêndido quanto Marx. Mas agora que, de repente, devo tomar o lugar de Marx em questões de teoria e tocar o primeiro violino, inevitavelmente haverá erros e ninguém está mais consciente disso do que eu (ENGELS, 1995, p. 202, tradução nossa).

Ao contrário do que sugere sua modéstia expressa em carta para Johann Philipp Becker enviada em 15 de outubro de 1884, Friedrich Engels foi muito mais do que um “segundo violino” para Karl Marx. Autor de uma vastíssima obra, entre livros, artigos e cartas, Engels não foi, podemos assegurar sem margem de dúvidas, um mero coadjuvante na construção do movimento socialista do século XIX, mas sim um protagonista de primeira linha, ao lado de Marx. Quem diz isso não são os seus discípulos, mas sim o próprio Marx em seu famoso *Prefácio* de 1859. Ali, o autor de *O Capital* admite ter sido Engels quem primeiro alcançou a crítica da economia política com “seu genial esboço das críticas das categorias econômicas”, que havia sido publicado nos *Anais Franco-Alemães* em 1844 (MARX, 1999, p. 53).

Não obstante pareça atuar na sombra, o fato é que Engels manteve enorme protagonismo na construção das principais bases do movimento socialista, ainda que isso não seja amplamente divulgado. Um exemplo é o caso do *Manifesto comunista*, de 1848. Embora tanto Marx quanto Engels sejam apresentados como os autores da obra, ainda há quem acredite que ela tenha sido escrita majoritariamente por Marx. Ledo engano. Com efeito, a gênese do *Manifesto* está em um texto anterior de Engels, *Os princípios básicos do comunismo*, publicado em 1847. É surpreendente como a análise comparada dos dois documentos permite identificar os mais diversos pontos de encontro, não apenas no conteúdo, mas também na forma de organização e exposição das ideias. Talvez, mais uma vez, a modéstia do próprio Engels seja a responsável pela subestimação de sua participação. Afinal, em diversas ocasiões ele declarou que no *Manifesto* “a proposição fundamental pertence a Marx” (ENGELS, 2010, p. 77).

No campo da filosofia, Engels também tem destaque. Ao se apresentar como crítico das filosofias idealista de Hegel e materialista de Feuerbach, Marx é muitas vezes visto como o grande pai do materialismo histórico e dialético, ou do socialismo científico. Mas a verdade é que foi Engels quem formulou e sistematizou uma teoria geral do materialismo histórico, algo que seu companheiro nunca deixou tão explícito. Isso fica claro em três livros em particular: *Dialética da natureza*; *Anti-Dühring*; e *Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Por essa razão, foi Engels, e não Marx, a grande referência teórica para a filosofia marxista ortodoxa divulgada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS (MCLELLAN, 1977, p. 71-72).

Pobre Engels, algumas vezes criticado por supostamente ter influenciado o revisionismo social-democrata da II Internacional, outras vezes acusado de ter sido a base para a ortodoxia filosófica da III Internacional. Mas fazer essa interpretação seria apenas olhar para o copo meio vazio. Outro intérprete, analista da parte cheia do copo, poderá chegar a uma conclusão diferente: a genialidade de Engels é tamanha que suas ideias legitimaram tanto o socialismo da URSS, que ocupou parte da metade oriental do mundo, quanto as ideias da social-democracia, que conquistou outra grande parte da metade ocidental

Diga-se de passagem, sua capacidade não se demonstrava apenas no campo teórico. Engels foi um dos grandes dirigentes da I Internacional, no momento do rompimento entre os movimentos socialistas e anarquistas no início da década de 1870. A partir de 1875 foi um dos referenciais para a organização do Partido Social-Democrata Alemão, o famoso SPD, em atividade até os dias de hoje. Com a morte de Marx, em 1883, Engels se tornou o principal nome do movimento socialista internacional. Por essa razão, foi o alicerce para a organização da II Internacional Socialista, em 1889, e a referência onipresente do marxismo até sua morte, em 1895. Nesses 12 anos que viveu sem o seu amigo, confidente e parceiro teórico e político, Engels pôde ver sinais das transformações derivadas do avanço do sufrágio universal e da democracia. Seus últimos textos de análise de conjuntura tratam precisamente desse novo mundo que se abria em fins do século XIX e são os mais reivindicados pelos marxistas europeus que adotaram a via eleitoral como o caminho privilegiado para o socialismo.

Pobre Engels, algumas vezes criticado por supostamente ter influenciado o revisionismo social-democrata da II Internacional, outras vezes acusado de ter sido a base para a ortodoxia filosófica da III Internacional. Mas fazer essa interpretação seria apenas olhar para o copo meio vazio. Outro intérprete, analista da parte cheia do

copo, poderá chegar a uma conclusão diferente: a genialidade de Engels é tamanha que suas ideias legitimaram tanto o socialismo da URSS, que ocupou parte da metade oriental do mundo, quanto as ideias da social-democracia, que conquistou outra grande parte da metade ocidental.

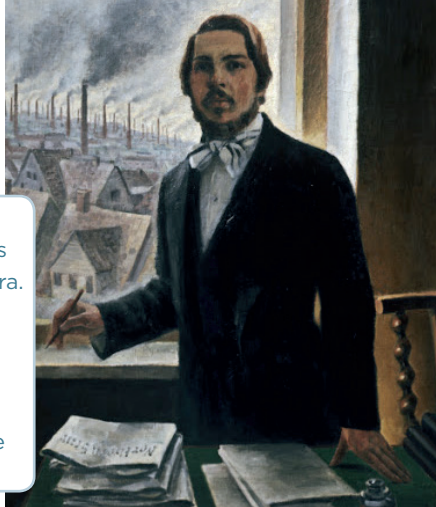
Engels nasceu em 28 de novembro de 1820, filho de uma rica família industrial de Barmen, na Alemanha. Com apenas 22 anos de idade, em 1842, participou da gestão dos negócios de sua família em Manchester, na Inglaterra. Ali conheceu sua futura companheira, Mary Burns, jovem trabalhadora irlandesa que o apresentou ao mundo operário. Aquela impressão sobre a miséria dos trabalhadores industriais foi determinante na formação do caráter do jovem Engels. Em 1845, publicou *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em que descreve com ricos detalhes tudo o que viu em sua estadia naquele país. Um trabalho de verdadeira etnografia e sociologia do trabalho, de causar inveja aos antropólogos e sociólogos dos séculos XX e XXI.

Pouco antes, em 1842, durante o percurso para Manchester, ele conhece em Colônia o jovem editor da *Gazeta Renana*, Karl Marx. Assim, ocorre o primeiro encontro de uma amizade que duraria a vida inteira, até a morte de Marx, cerca de 40 anos depois, em 1883. Na verdade, a amizade só se estabeleceria em 1844, em Paris, quando os dois escreveram artigos para os *Anais Franco-Alemães*. Outros textos conjuntos se seguiram a partir dali, como *A sagrada família*, de 1844, *A ideologia alemã*, de 1846, e o *Manifesto comunista*, de 1848. Após a publicação do *Manifesto* ocorre a separação, não intelectual, mas geográfica. Marx vai morar em Londres em 1849, enquanto Engels segue, em 1850, para Manchester, cidade em que viveria pelos próximos 20 anos, cuidando dos negócios da família. Somente em 1870 Engels retornou a Londres, para próximo de seu amigo. Sobre esse reencontro, o relato de Paul Lafargue, genro de Marx, é emocionante:

Engels era como um ramo da família Marx. As filhas deste chamavam-no de segundo pai; era o *alter ego* de Marx. [...] No dia em que Engels anunciou sua partida para Londres, houve verdadeira festa na casa de Marx. Não se falou noutra coisa muito tempo antes e muito tempo depois de sua chegada. Marx ficou tão impaciente que nem podia trabalhar. Os dois permaneceram a noite inteira bebendo e fumando, sendo pouco o tempo para contarem reciprocamente os fatos ocorridos desde a data em que se haviam separado. A opinião de Engels estava, para Marx, acima de qualquer outra, pois era o único homem que Marx considerava com capacidade para colaborar com ele. [...] Marx orgulhava-se do amigo. Descrevia-me com satisfação todas as qualidades morais e intelectuais de Engels. Levou-me a Manchester, exclusivamente para m'o apresentar. Enchia-se de admiração pela extraordinária variedade de conhecimentos científicos de Engels (LAFARGUE, 2018, p. 356).

Apesar dessa complementaridade entre os dois, é importante repetir à exaustão que a obra de Engels possui vida própria. E entre seus voos solo, um que merece atenção é certamente *A origem da família, da propriedade e do Estado*, livro publicado em

Com apenas 22 anos de idade, em 1842, Engels participou da gestão dos negócios de sua família em Manchester, na Inglaterra. Ali conheceu sua futura companheira, Mary Burns, jovem trabalhadora irlandesa que o apresentou ao mundo operário. Aquela impressão sobre a miséria dos trabalhadores industriais foi determinante na formação do caráter do jovem Engels



Reprodução da tela "Jovem Engels em Manchester" pintada pela artista Maria Bri-Bein. The Karl Marx and Friedrich Engels Museum

1884. Em um diálogo aberto com aquele que foi um dos maiores antropólogos de seu tempo, Lewis Morgan, Engels trouxe para a agenda dos marxistas duas grandes contribuições: em primeiro lugar, a temática da opressão de gênero; em segundo, algumas bases para uma teoria do Estado. Por um lado, *A origem da família...* tirou as relações assimétricas de gênero das amarras da biologia e as trouxe para o terreno das relações sociais. Por outro, ofereceu aos marxistas algumas ferramentas que até então não possuíam para a compreensão do Estado. Claro, muito do que é dito ali foi posteriormente refutado pela ciência. Mas, não obstante muitas das atualizações posteriores, a base de toda a teoria marxista do Estado já estava naquela obra.

Após a morte de Marx, Engels passou a ser o único grande referencial do movimento socialista internacional. Do alto de sua credibilidade, foi ele quem garantiu minimamente a unidade dos socialistas expressa na organização da II Internacional, em 1889, ano de comemoração do centenário da Revolução Francesa. Com seu falecimento, em 1895, o marxismo deixou de ter seu principal fiador. Seus discípulos — Kautsky e Bernstein foram os principais nomes — celebraram novas interpretações do socialismo, próximas das vias reformista, eleitoral e revisionista. Daí para as divisões que conhecemos hoje entre reformistas e revolucionários, revisionistas e ortodoxos, mencheviques e bolcheviques, social-democratas e comunistas, foi um passo. Paradoxalmente, todos agindo em nome de Engels.

Logo após a sua morte, em 1895, um jovem russo de apenas 25 anos de idade escreveu uma das mais generosas descrições da vida do revolucionário alemão. O rapaz, que agora completaria 150 anos, atendia pelo nome de Vladimir Ilitch Ulianov, ou, simplesmente, Lênin¹.

A seguir ao seu amigo Karl Marx (que morreu em 1883), Engels foi o mais notável sábio e mestre do proletariado contemporâneo em todo o mundo civilizado. [...] É por isso que o nome e a vida de Engels devem ser conhecidos por todos os operários; é por isso que, na nossa compilação, cujo fim, como o de todas as nossas publicações, é acordar a consciência de classe dos operários russos, devemos dar um apanhado da vida e da atividade de Friedrich Engels, um dos dois grandes mestres do proletariado contemporâneo (LÊNIN, 1980e, p. 28).

1 O apelido Lênin surge apenas em 1901.

OS 150 ANOS DE LÊNIN

Ao descrever Lênin, Lukács (2012, p. 29) o considerou “o maior pensador que o movimento revolucionário dos trabalhadores concebeu desde Marx”. Anos depois, Althusser (1989, p. 15) o apresentou como “o homem que dirigiu a maior revolução política da história moderna”. Por qual razão Lênin merece esses elogios? Por que sua obra influencia tantos debates contemporâneos? Por que tantos partidos políticos reivindicam seu nome ainda hoje? O que de seu legado transformou o mundo que conhecemos?

Lênin nasceu em 1870, em Simbirsk, Rússia. Por uma ironia do destino, o diretor do colégio em que estudou, naquela mesma cidade, era o pai de Kerenski, cujo governo Lênin e os bolcheviques derrubaram em 1917. Seu irmão mais velho, Alexandre, foi um terrorista condenado e executado em 1887 por tramar o assassinato do czar Alexandre III. Lênin tinha então apenas 17 anos de idade, e esse acontecimento foi, certamente, uma marca traumática que moldou o seu perfil. Naquele mesmo ano, ele ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Kazan. Mas o envolvimento com o movimento estudantil o fez ser expulso da universidade apenas quatro meses após sua entrada. As portas para o mundo da academia lhe foram momentaneamente fechadas, o que o obrigou a seguir por outro caminho. Embora fora da universidade, os estudos não foram abandonados: com então 18 anos, começou a aprofundar seu estudo sobre *O Capital*, de Marx. Somente em 1890 conseguiu voltar para uma faculdade de Direito, dessa vez na Universidade de São Petersburgo. Curiosamente, as autoridades não permitiram que Lênin frequentasse as aulas, o que o obrigou a estudar como aluno externo.

A aproximação precoce do marxismo o transformou em exímio conhecedor daquela literatura. Como bem observa Gruppi (1979, p. 3), “o Lênin que surge diante de nós em 1893, aos 23 anos, [...] já possui com segurança, não diríamos a ‘doutrina’ do marxismo, mas algo mais: o seu método e a sua mentalidade”. Em 1894, ocorre sua estreia como publicista. Com *Quem são os amigos do povo?*, livro impresso clandestinamente, Lênin estabeleceu uma forte crítica aos populistas e propôs a organização de um partido que operasse uma aliança do operariado com o campesinato. Nessa obra, contudo, mais importante do que a avaliação política foi a reelaboração do conceito marxiano de *formação social* operada em *Quem são os amigos do povo?*. Mas o que significa essa reelaboração promovida por Lênin? Como sabemos, Marx e Engels trataram exaustivamente do *modo de produção capitalista*, conceito muitas vezes visto como abstrato. Por exemplo: Brasil, Estados Unidos e Alemanha são países em que o modo de produção capitalista é predominante. Mas as sociedades desses três países são equivalentes? Dificilmente alguém diria que sim. Isso ocorre na exata medida em que cada um desses países desenvolveu seu *modo de produção capitalista* de maneira particular, cada um deles teve uma formação social própria. O conceito de formação social surge, portanto, como forma de realizar a análise concreta de cada país. Marx (1999, 2011a,



Lênin em discurso durante o primeiro Congresso dos Sovietes. Reprodução de óleo sobre tela de Vladimir Serov (1910-1979). Acervo Lenin Museum (Tampere, Finlândia)

2011b e 2013) e Engels (2013b) chegaram a utilizá-lo em algumas ocasiões, mas nunca o apresentaram de forma clara. Destarte, a tarefa de sistematização do conceito de formação social coube a Lênin em *Quem são os amigos do povo?*. Por meio dessa concepção, diz Lênin (2008), o materialismo torna científica a sociologia, pois explica, por exemplo, aquilo que distingue um país capitalista de outro e investiga o que há de comum em todos eles.

Embora muito jovem, Lênin se tornou naquele momento uma referência para o movimento marxista russo. Outro de seus primeiros textos conhecidos do grande público, lançado em 1895, quando ele tinha apenas 25 anos, foi justamente o já mencionado testemunho em homenagem a Engels, que acabara de falecer. Naquele ano Lênin viajou pela Europa com o objetivo de constituir contatos com os principais nomes da corrente marxista: em Paris encontrou Paul Lafargue; em Genebra, Plekhanov; e em Berlim, Liebknecht. Tentou ainda encontrar Engels, em Londres, mas não conseguiu, devido à doença que ocasionou na morte do fundador da II Internacional. No fim daquele ano, sua ação subversiva o levou para a prisão em São Petersburgo, onde permaneceu até seu julgamento, em 1897. O resultado da condenação? Mais três anos de prisão na Sibéria.

Foi exatamente nesse período no cárcere, com menos de 30 anos de idade, que Lênin produziu uma de suas mais importantes obras: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. De certo modo, ele inverteu nesse livro o processo de escrita de Marx, começando pela economia política para chegar à filosofia². Publicada em 1899, a obra reflete esse olhar baseado na economia política, na exata medida em que parte da interpretação de *O Capital* para examinar a realidade da Rússia. Mais do que isso, trata-se, precisamente, de uma aplicação concreta da ideia de formação social. Nas palavras de Anderson (1989, p. 22), “este trabalho foi a primeira aplicação séria da teoria geral do modo

2 Como sabemos, o jovem Marx iniciou seus estudos em filosofia, em particular sobre Hegel, e seguiu para a economia política já no período de maturidade. *A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e Epicuro, A crítica da filosofia do direito de Hegel, A sagrada família, A miséria da filosofia e A ideologia alemã* são todos textos filosóficos do jovem Marx. Já *O Capital*, produzido na maturidade, é a sua grande obra de economia política.

Durante seu período no cárcere, Lênin escreveu *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, no qual inverte, de certo modo, o processo de escrita de Marx, começando pela economia política para chegar à filosofia. Publicada em 1899, a obra reflete esse olhar baseado na economia política, na exata medida em que parte da interpretação de *O Capital* para examinar a realidade da Rússia. Mais do que isso, trata-se, precisamente, de uma aplicação concreta da ideia de formação social

de produção capitalista exposta em *O Capital* a uma estrutura social concreta, combinando uma série de modos de produção em uma totalidade histórica articulada”. Todavia, com Netto (1985, p. XX) podemos dizer que, paradoxalmente, ainda que seja a mais “russa” de todas as obras de Lênin, reside aí a sua universalidade. Em síntese, a obra consiste em um poderoso ataque ao projeto dos populistas — os *narodniks* — de saltar da comuna rural para o comunismo. Munido de muitos dados estatísticos, Lênin (1985) observa que a leitura populista não fazia sentido, pois na Rússia o capitalismo já estava em desenvolvimento. Assim, não seria exatamente o “povo” camponês dos populistas o agente do processo revolucionário. Dito de outro modo, o projeto necessário ao país seria a aliança entre o proletariado rural e o urbano contra o capital - tema recorrente ao longo de toda a vida de Lênin.

Para compreendermos a relevância dessa pesquisa desenvolvida por Lênin faz-se necessário recuarmos ao debate teórico em que estava inserida. Já foi dito que o movimento político que antecedeu Lênin era formado pelos populistas. Esse movimento populista manteve, nas últimas décadas do século XIX, um intenso — e por vezes tenso — diálogo por meio de cartas com Marx e Engels acerca das possibilidades do socialismo na Rússia. Os populistas, em particular Tkatchov, acreditavam ser possível uma transição das comunas rurais ao socialismo, saltando a etapa capitalista. “Não temos um proletariado urbano, é verdade; mas tampouco temos uma burguesia”, alertava Tkatchov (1982, p. 134). Engels (2013a, p. 37), em texto de 1875, discordava do populista: “um homem capaz de dizer que seria mais fácil realizar essa revolução em certo país porque este não tem proletariado nem burguesia só prova, com isso, que ainda tem de aprender o bê-á-bá do socialismo”. Mais tarde, em prefácio para a edição russa do *Manifesto comunista* que foi publicada em 1882,

Marx e Engels flexibilizaram um pouco a análise. Afinal, não costuma ser recomendável dizer a revolucionários que a revolução em seu país não é possível. Principalmente quando se pretende divulgar entre eles um livro sobre a revolução nesse país. A flexibilização que Marx e Engels (2010, p. 73) propõem é a seguinte: “se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”. Em 1885, em nova correspondência, dessa vez com a ex-populista e agora porta-voz do marxismo russo, Vera Zaslitch, Engels reafirma sua convicção de que a prioridade na Rússia ainda é a superação do antigo regime: “A Rússia aproxima-se do seu 1789”, diz Engels (1982, p. 202). Quase dez anos depois, em 1894, aquele debate já não fazia mais tanto sentido para Engels, na medida em que o desenvolvimento capitalista se desenvolvia e a comunidade rural ficava no passado: “A transformação do país em uma nação industrial capitalista, a proletarização de grande parte dos camponeses e a decadência da antiga comunidade comunista avançam com rapidez cada vez maior” (ENGELS, 2013b, p. 141). O que a pesquisa de Lênin fez, três anos depois, foi justamente dar uma demonstração pormenorizada desse desenvolvimento do capitalismo que já estava em vigor na Rússia, como percebido por Engels.

Foi, contudo, nove anos depois, em 1908, que Lênin conseguiu apresentar de forma mais clara aquilo que havia relativamente descoberto em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e que viria a se tornar uma de suas principais contribuições ao pensamento social brasileiro, qual seja, a identificação da existência de dois caminhos para o desenvolvimento do capitalismo. Em dois textos publicados naquele ano de 1908 essa descoberta aparece: no prefácio para a segunda edição de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*; e em *O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Diz Lênin:

A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker [...]. No segundo caso, ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais (LÊNIN, 1980a, p. 30).

A *via americana* é a clássica, em que a burguesia inicia um processo revolucionário de baixo para cima, contra as velhas aristocracias proprietárias da terra. A *via prussiana*, ao contrário, é marcada pela revolução pelo alto, ou seja, em um amplo acordo entre a burguesia e os proprietários de terra³. Como veremos na seção seguinte, o pensamento social brasileiro se apropriou dessa formulação de Lênin para reconhecer no Brasil um fenômeno semelhante ao da *via prussiana*.

3 É importante ressaltar o caráter relativo dessa “descoberta” de Lênin acerca das duas vias. Em verdade, Engels (2012 e 2013b), antes de Lênin, já tratava da Alemanha de Bismarck como uma “revolução pelo alto”. Engels (1982) também já reconhecia que o processo de desenvolvimento do capitalismo americano era diverso do russo.

Entre a publicação de *O desenvolvimento...*, em 1899, e de *O programa agrário...*, em 1908, Lênin esteve preocupado com a organização política do movimento marxista em torno de um partido político. Filiado à II Internacional, o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) foi fundado em 1898, quando Lênin ainda estava na prisão. Seu exílio na Sibéria acabou em 1900, mas o governo russo o proibiu de retornar às grandes cidades do país, o que dificultou suas atividades de organização política do partido recém-fundado. A fuga para a Alemanha parecia o melhor caminho naquele momento. E foi justamente da Alemanha, do contato com a social-democracia alemã, a mais organizada do mundo naquela ocasião, que Lênin publicou, em 1902, sua principal contribuição para a organização do partido político revolucionário: *Que fazer?*⁴. Como nos diz o prefácio, os principais problemas analisados na obra eram três: o caráter e o conteúdo principal da agitação política; as tarefas de organização; e a criação de uma organização de combate em toda a Rússia (LÊNIN, 1980b, p. 81). No ano seguinte, 1903, o POSDR se reuniu em Bruxelas em seu II Congresso, o primeiro com a participação efetiva de Lênin. Com intenso embate, o Congresso aprovou muitas das teses apresentadas em *Que Fazer?*, sintoma da liderança que o autor já exercia sobre o partido. A partir de então se torna claro o racha no seio da organização entre os leninistas, denominados bolcheviques, e os reformistas, que seriam chamados de mencheviques.

Após o encontro, Lênin se incumbiu da tarefa de redigir *Um passo em frente, dois passos atrás*, texto de 1904 em que apresentou os motivos da cisão partidária entre bolcheviques e mencheviques. Por meio de uma profunda análise do II Congresso e das divergências organizativas internas, Lênin (1980c) ressaltou com vigor a importância da disciplina e do centralismo no interior do partido. A Revolução Russa de 1905, no entanto, exigiu a realização de um novo encontro do partido. Esse III Congresso do POSDR foi o primeiro que contou apenas com a participação dos bolcheviques, sob a liderança de Lênin. Uma das conquistas da Revolução foi a criação da Duma, o parlamento russo. Por óbvio, essa conquista estabeleceu uma virada na tática de organização partidária: agora a realidade exigia de Lênin a construção de um partido de massas para atuar nas novas condições oferecidas pelo país. O que esse percurso nos assegura é a não existência de um modelo único de partido em Lênin, pois cada realidade concreta e cada período histórico exigem sua própria organização partidária. Somente a análise das condições existentes em cada formação social e histórica poderá dizer se a opção deverá ser por um partido reduzido, de quadros, ou um grande partido de massas (JOHNSTONE, 1985).

Ainda na esfera da política há um tema também atual que une Engels e Lênin: o combate ao dogmatismo. Sob esse aspecto, a advertência que Lênin faz no já mencionado prefácio à segunda edição de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* é reveladora: “Só os pedantes incorrigíveis poderiam resolver os problemas complexos e

4 Nikolai Chernyshevski havia publicado um romance intitulado *Que fazer?* em 1863 na Rússia. Lênin se apropriou desse título do livro de Chernyshevski para a sua principal obra política. Sobre essa curiosa história vale a pena ver Berman (1986).

originais que aqui surgem recorrendo exclusivamente a citações de alguma referência de Marx a outra época histórica” (LÊNIN, 1985, p. 11). Em sua famosa carta enviada para Werner Sombart em 1895, seu último ano de vida, Engels deixava clara a contraposição do método de Marx ao dogmatismo: “Todo o modo de concepção de Marx [...] não é uma doutrina, mas um método. Não dá quaisquer dogmas prontos, mas pontos de apoio para uma investigação ulterior e o método para esta investigação⁵. Foi com base em Engels, portanto, que Lênin elaborou a famosa frase que hoje é repetida à exaustão pelos mais variados movimentos políticos: “Nossa teoria [...] não é um dogma, mas um guia para a ação” (LÊNIN, 1980, p. 204).

Ao contrário de Marx, como já dito, o jovem Lênin não se preocupou com o tema da filosofia. Seu caminho nessa direção teve início em 1909, quando ele passou a se dedicar “de corpo e alma ao estudo da filosofia, com o fim de refutar tendências à religiosidade e ao idealismo que brotavam entre alguns dos decantados socialistas no exílio” (HILL, 1967, p. 41). *Materialismo e empiriocriticismo* é o primeiro fruto desse esforço filosófico. A defesa do materialismo em contraponto ao idealismo, mas também ao empirismo, é aprofundada. Entretanto, o momento em que realmente elaborou sua dialética, em que de fato enfrentou profundamente a obra de Hegel, foi entre 1914 e 1917, com os textos que, após sua morte, seriam reunidos e divulgados em *Cadernos filosóficos*.

Por coincidência ou não, essa imersão em Hegel começou logo após Lênin receber a notícia de que a social-democracia alemã votara em favor dos créditos de guerra, em agosto de 1914. A respeito dessa conjuntura, Michael Löwy levanta a hipótese de que Lênin teria buscado na dialética hegeliana a resposta para a crise da social-democracia e do marxismo da II Internacional. Destarte, 1914 e os *Cadernos filosóficos* representariam um “corte” no pensamento político de Lênin, “uma ruptura filosófica com relação ao primeiro leninismo”, que culminaria nas famosas “Teses de abril de 1917” (LÖWY, 2018, p. 376). Tese polêmica, a de Löwy. Parece fazer mais sentido a interpretação de João Quartim de Moraes sobre o que ocorreu naquele período. Segundo Moraes (2012, p. 25), logo após receber a notícia da votação dos créditos de guerra, Lênin “consagrou-se à elaboração de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*”. Moraes inclui ainda outro elemento para essa interpretação, qual seja, a Revolução de Fevereiro. Ora, dirá ele, o que foi determinante para a formulação das “Teses de abril” foi a Revolução de Fevereiro.

De acordo com o autor, Löwy não menciona a teoria do imperialismo nesse processo de virada de Lênin, “como se fosse possível falar seriamente da evolução (segundo ele da mudança filosófica radical) do pensamento de Lênin entre 1914 e 1917 sem levar em conta a obra econômica marxista mais importante do século XX” (MORAES, 2012, p. 25). Mas por que *Imperialismo, fase superior do capitalismo* é a obra econômica marxista mais importante do século XX? Para entendermos a importância da teoria do imperialismo leniniana é preciso lembrarmos do contexto teórico e histórico em

5 Com efeito, já em 1886, em “Carta a Florence Kelley-Wischnewetzky”, Engels sustentava que “a nossa teoria não é um dogma”.

que foi escrita. A dimensão histórica é bem conhecida: desde 1914 a Europa vivia a Primeira Guerra Mundial, ápice do conflito imperialista. Na dimensão teórica, Lênin não foi exatamente o primeiro a tratar do nascente imperialismo. Antes dele, no âmbito do marxismo, o tema já havia sido tratado em 1910 por Rudolf Hilferding (*O capital financeiro*), em 1913 por Rosa Luxemburgo (*A acumulação do capital*), em 1914 por Karl Kautsky (*Ultraimperialismo* e outros textos), e em 1915 por Nikolai Bukharin (*A economia mundial e o imperialismo*). No campo liberal a obra de maior destaque no período foi *O imperialismo*, publicada por John Hobson em 1902. Somente após todas essas contribuições apareceu, em 1917, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Em síntese, Lênin (1975) organiza a seguinte tese: ao fim do século XIX, o capitalismo de livre concorrência caminhou para o monopólio nos países avançados, com uma concentração do processo produtivo; nesse processo, o capital bancário predomina sobre o capital industrial e forma o capitalismo financeiro; tem início então o processo de exportação de capital dos países mais avançados para os menos desenvolvidos, que supera a exportação de mercadorias; formam-se então cartéis, que dividem a economia mundial; por fim, as próprias potências partilham os territórios no mundo, e a Primeira Guerra Mundial é o ápice dessa dinâmica. Há, portanto, um claro vínculo entre capitalismo monopolista, capital financeiro e imperialismo.

Esse é o contexto em que a Revolução de 1917 se desenvolve. Munido de sua teoria do imperialismo, Lênin sugere, ao contrário de Marx, que as revoluções poderiam ocorrer não apenas nos países mais desenvolvidos do capitalismo, mas também naqueles considerados os elos fracos da cadeia imperialista. E um desses elos mais fracos seria a Rússia. Quando tem início a primeira etapa da revolução, em fevereiro, Lênin estava ainda fora do país. Suas famosas “Teses de abril”, lançadas assim que chegou na Rússia em 1917, e *O Estado e a revolução*, em que desenvolve sua teoria do Estado, são um chamado para essa revolução que, enfim, teria seu desfecho em outubro. Daí a razão de o jovem Gramsci (2004), de forma irônica, ter dito que Lênin fez “a revolução contra *O Capital*”.

O QUE HÁ DE ATUAL EM ENGELS E LÊNIN?

Afinal, do legado desses dois clássicos do pensamento marxista e do movimento comunista há ainda algo de atual e contemporâneo reivindicado por seus admiradores? Certamente que sim.

O primeiro grande tema enfrentado por Engels foi, provavelmente, o da urbanização e habitação. Esse é o tema de seu livro de juventude, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, mas também do tardio *A questão da moradia*, trabalhos em que se esforça em compreender o ordenamento do espaço urbano nas cidades capitalistas formadas na Revolução Industrial. Nessas obras, temas atuais como a sociologia urbana e o direito à cidade já estavam presentes de forma pioneira em nosso autor bem antes do século XX. No caso do direito à cidade, marxistas como Lefebvre (2001) e

Harvey (2014) são exemplares do desenvolvimento dessa perspectiva mais recente em diálogo frequente com Engels⁶. Além disso, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* é também uma obra pioneira por utilizar a etnografia como método de pesquisa, tal qual fazem antropólogos e sociólogos contemporâneos.

Outra abordagem contemporânea de Engels é a que se baseia em *A origem da família, do Estado e da propriedade privada* para o entendimento das questões de gênero sob uma perspectiva marxista. No Brasil, investiram nessa temática, referenciadas nesse clássico, autoras como Heleieth Saffioti, Maria Lygia Quartim de Moraes, Loreta Valadares, Mary Garcia Castro, Clara Araújo e Lelita Oliveira Benoit. O caso de *A mulher na sociedade de classes*, publicado por Saffioti em 1969, merece um registro especial por ser a primeira grande obra da sociologia brasileira a relacionar gênero e marxismo. Essa obra de Saffioti (2013) é representativa, por sinal, de um interesse comum de pesquisa das feministas marxistas das décadas de 1960 e 1970. Nas palavras de Moraes (2000, p. 89):

Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica”, que seria retomado e retrabalhado pelas feministas marxistas dos anos 1960-70.

Araújo (2000, p. 66), ainda que aponte alguns dos limites presentes em *A origem da família...*, ressalta que “a contribuição de Engels foi importante para mostrar que o lugar social das mulheres não era expressão de uma ‘natureza feminina’ inata, identificando a relação entre homens e mulheres como relação de opressão e situando nos processos socioeconômicos os elementos que conduziram à dominação masculina”. Já Benoit (2000, p. 78) assegura que “até hoje, *A origem da família...* é uma referência necessária aos estudos do feminino e feministas”. Claro, esse processo não passou sem que surgissem polêmicas. Uma grande preocupação dessas feministas marxistas sempre foi o combate contra as teses que abertamente buscavam reduzir a leitura feminista do marxismo em um economicismo. Bom que se diga, esse tipo de avaliação reducionista não partia apenas da concepção liberal de mundo, mas também de uma própria parcela da esquerda. Sobre isso, Mary Garcia Castro (2019, p. 177) nos mostra como “o viés economicista ainda contamina o pensamento de esquerda, sendo comum a secundarização de frentes antissexistas, antirracistas e por liberdade de orientação sexual, consideradas políticas de identidades, fragmentações de uma perspectiva de classe”. Armada com o arsenal teórico de Engels, Loreta Valadares (1990, p. 49) foi uma rigorosa crítica dessa interpretação reducionista:

Engels já disse tudo. Quem quer que pense que o marxismo afirma que a opressão de sexos deriva diretamente da economia (e que, portanto, explicada

6 A expressão surge no ensaio *O direito à cidade*, publicado por Lefebvre em 1967. Mas ali o principal referencial era Marx. Foi com *A cidade do capital*, livro de 1972, que o autor dialogou mais diretamente com Engels.

a economia, tudo está explicado e não há necessidade de desenvolvimento teórico em aspectos específicos — a questão da mulher, por exemplo) ou não entendeu o marxismo, ou deliberadamente o rejeita [...].

O direito também assumiu um lugar privilegiado em Engels e abriu as portas para muitos dos debates contemporâneos. Ao lado de Kautsky, Engels escreveu *O socialismo jurídico*, clássico que aparece no referencial teórico de todo marxista que trabalha com a questão jurídica. Por um lado, Engels sabia que a luta jurídica cotidiana não poderia ser ignorada: redução da jornada de trabalho, proibição de trabalho infantil etc. eram conquistas que alteravam o sistema jurídico e que não deveriam ser desconsideradas. Por outro lado, o mesmo Engels também sabia que essa batalha jurídica não seria o horizonte para a transformação social, para a emancipação humana. Tratava-se de travar a luta jurídica ao mesmo tempo em que se buscava superá-la (ENGELS; KAUTSKY, 2012). Essa formulação encontrou um espaço profícuo de desenvolvimento nos primeiros anos da URSS, em particular na *Teoria geral do direito e marxismo*, de Pachukanis (2017). Esse debate, contudo, não se encerrou com Pachukanis. Ao contrário, está presente entre marxistas que trabalham a questão do direito atualmente, inclusive no Brasil. Em sua crítica à noção de direitos humanos, Mascaro (2017, p. 136) assevera que “o discurso e a luta por dignidade encerrados em tipos jurídicos revelam a manutenção da exploração capitalista”. Outro crítico dessa ideia de direitos humanos é Marcio Bilharinho Naves. O autor ironiza a forma como parte da esquerda esquece de Engels, ilude-se com a jurisprudência e celebra a cidadania como sua agenda prioritária. Para isso, diz Naves (2001, p. 1), bastaria lembrar “o culto que a esquerda devota à categoria de cidadania, objeto de tal reverência e respeito sagrado que tudo parece girar em torno de sua aquisição e extensão, a ponto de o socialismo se confundir com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão!”.

No caso de Lênin, vale a pena começarmos avaliando como seu conceito de formação social foi adotado no século XX com enorme intensidade, em particular nas décadas de 1960 e 1970. Aqui, o trabalho pioneiro foi, provavelmente, *Pour Marx*, livro de 1965 em que Althusser (2015, p. 149) definiu o materialismo histórico como “a ciência da evolução das formações sociais”. Sobre esse pioneirismo, Anderson (2018, p. 82-83) nos diz que “a própria noção de formação social tinha pouca, ou nenhuma, circulação no marxismo antes de Althusser”. É, portanto, a partir de Althusser, e de seus discípulos, que o conceito ganha espaço privilegiado na literatura marxista do século XX. Naquele mesmo ano de 1965, Althusser organizou com seus alunos *Ler O Capital*. Ali encontramos, no capítulo de Balibar, um avanço no desenvolvimento do conceito: para o autor, *O Capital* expõe a teoria abstrata do modo de produção capitalista, mas nele não são enfocadas as várias formações sociais concretas, que comportam em geral vários modos de produção diferentes (BALIBAR, 1980, p. 160-161). Essa distinção entre o abstrato e o concreto se tornou então recorrente.

A recepção do conceito de formação social no Brasil foi mediada pelo de *via prussiana*. Não é uma trivialidade que as principais interpretações clássicas do pensamento social brasileiro tenham adotado esse conceito leninista como referencial bibliográfico de enorme centralidade

Outro discípulo de Althusser, o grego Nicos Poulantzas, seguiu também por esse caminho com *Poder político e classes sociais*, livro de 1968⁷. Na construção metodológica de sua ciência política marxista, Poulantzas fez questão de distinguir o modo de produção como “objeto formal-abstrato” e a formação social como “objeto real-concreto”. Para Poulantzas (1986, p. 15), a formação social é “uma combinação particular, uma superposição específica de vários modos de produção ‘puros’”. Em *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, livro de 1969, a chilena Marta Harnecker, que também foi orientada por Althusser, demonstra certa diferença em relação a Poulantzas. Segundo Harnecker (1983, p. 141), a formação social “não é uma combinação de modos de produção, de totalidades sociais abstratas ou ideais; é uma realidade concreta, historicamente determinada, estruturada a partir da forma em que se combinam as diferentes relações de produção coexistentes a nível da estrutura econômica”. A distinção também é adotada por Samir Amin. Em seu denso estudo sobre as formações sociais do capitalismo periférico, publicado em 1973, o marxista egípcio é didático ao apresentar as diferenças entre os conceitos de modo de produção e de formação social que moldam a base de sua investigação. Por um lado, “o conceito de ‘modo de produção’ é um conceito abstrato”, diz Amin (1976, p. 9). Por outro, as formações sociais são “estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos” (AMIN, 1976, p. 12).

A recepção desse conceito de formação social no Brasil foi mediada pelo de *via prussiana*. Não é uma trivialidade que as principais interpretações clássicas do pensamento social brasileiro tenham adotado esse conceito leninista como referencial bibliográfico de enorme centralidade. Em verdade, a primeira vez que o tema da *via prus-*

7 De acordo com Motta (2009, p. 223), “apesar dessa incorporação dos conceitos althusserianos, Poulantzas sempre tentou demonstrar uma independência dessa corrente, seja nas suas críticas a Balibar estabelecidas desde *Poder político e classes sociais*, seja ao próprio Althusser”.

siana chegou ao Brasil foi, provavelmente, no início da década de 1960, em intervenção de João Amazonas no contexto dos debates preparatórios para o V Congresso do PCB, em 1960⁸. Ao debater a *Declaração de março de 1958*, divulgada pelo partido, Amazonas apontava para um grave erro de interpretação cometido no texto. Naquele momento, o PCB defendia a tese da existência de uma burguesia nacional capaz de desenvolver o capitalismo e superar a estrutura latifundiária e arcaica do Brasil. Amparado em Lênin, Amazonas observava que o processo não seria necessariamente esse. “É equívoco pensar que as contradições entre o desenvolvimento do capitalismo e o monopólio da terra são antagônicas, como afirmam as teses. O capitalismo, seguindo o caminho prussiano, pode se desenvolver no campo, conservando o latifúndio”, sustentava Amazonas (1960, p. 10). Em fins da década de 1960, mais precisamente em 1968, Alberto Passos Guimarães também acolheu o revolucionário russo em *Quatro séculos de latifúndio*. Referenciado em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e em *O programa agrário da social-democracia...*, Guimarães (1968, p. 216) chega mesmo a afirmar que “não conhecemos métodos mais seguros, para a caracterização e a classificação dos diferentes tipos de propriedade agrária, do que os adotados pelos clássicos do marxismo”.

Mas foi na década de 1970 que a sociologia política brasileira admitiu Lênin em um lugar privilegiado na literatura. É o que podemos ver em *Capitalismo autoritário e campesinato*, de Velho (1979), em *A revolução burguesa no Brasil*, de Fernandes (2006), em *Liberalismo e sindicato no Brasil*, de Vianna (1976), e em *A democracia como valor universal*, de Coutinho (1979), entre tantos outros⁹. Sob esse registro, o Lênin preferido por esses autores é o da questão agrária, ou seja, o de obras como *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e em *O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Para essa literatura, o conceito de *via prussiana* caiu como uma luva para a interpretação do Brasil, em particular quando conjugado com as concepções de *revolução passiva*, de Gramsci (2011), e de *modernização conservadora*, de Moore (1975). Em prefácio para *A revolução burguesa no Brasil*, Martins (2006, p. 17) chega mesmo a defender a tese de que o livro de Florestan Fernandes “equivale, num certo sentido, a *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin, um marco nos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo em sociedades diferentes das sociedades da Europa Ocidental”. Sobre o uso de Lênin por Werneck Vianna, vale a pena recuperarmos a avaliação de Maria Alice Rezende de Carvalho. Leitora atenta do sociólogo brasileiro, Carvalho (2004, p. 9) sustenta que Vianna extraiu do revolucionário russo “a sugestão de que as soluções democrática ou autoritária de modernização capitalista dependeriam do papel desempenhado nesse processo pelo mundo agrário, reconhecendo na via prussiana o caso paradigmático de uma transição burguesa reacionária [...]”. Já Frederico (2007, p. 208) nos diz que “a utilização mais influente do conceito de via prussiana está no artigo de

8 Em 1960, o PCB esteve em um processo de crise interna: uma ala reformista versus uma ala revolucionária. Amazonas era uma das lideranças da ala revolucionária que, em 1962, foi reorganizada em torno do PCdoB. Sobre essa cisão, ver Buonicore e Ruy (2010).

9 Os textos de Otávio Velho, Florestan Fernandes, Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho são de 1974, 1975, 1976 e 1979, respectivamente.

C. N. Coutinho ‘A democracia como valor universal’ [...], talvez o texto mais lido e debatido pela esquerda desde *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr.”¹⁰.

Na década de 80 o debate teve continuidade entre os intérpretes do país. Em *A democracia e os comunistas no Brasil*, publicado em 1980, Leandro Konder incluiu um pequeno capítulo intitulado “Via prussiana”, em que conectou Lênin e Lukács: “Lukács analisou os efeitos da ‘via prussiana’ sobre a supraestrutura política e cultural da Alemanha e da Hungria”, lembrou Konder (1980, p. 18-19). Também sob forte influência de Lukács, Marco Aurélio Nogueira, em “As desventuras do liberalismo”, apropriou-se do conceito de *via prussiana*. Nogueira (2010, p. 25), no entanto, não cita Lênin em momento algum e chega a admitir, na apresentação da segunda edição, que seu referencial privilegiado foram as “posições e categorias de György Lukács e sobretudo de Antonio Gramsci”¹¹. A influência de Lênin em Ignácio Rangel também foi expressiva¹². Em artigo de 1988 para a *Folha de S.Paulo*, o economista expressava assim sua interpretação do desenvolvimento brasileiro: “A via prussiana ou *junker*, *mutatis mutandis*, a qual substitui a velha grande propriedade feudal na grande empresa rural capitalista de larga escala, não apenas permitiu a industrialização do país, mas também ofereceu a esta dita industrialização um extraordinário empurrão” (RANGEL, 1988 apud Navarro, 2019, p. 478). Em 1989, Carlos Nelson Coutinho retornou ao tema em *Uma via “não clássica” para o capitalismo*, ensaio em que argumentou que, apesar de pouco citar Lênin e desconhecer o seu conceito de *via prussiana*, Caio Prado Jr. também teria interpretado o Brasil como uma via não clássica de desenvolvimento capitalista.

Não caberia aqui, evidentemente, organizar um inventário de todas as análises que, da década de 1990 aos dias de hoje, se referenciam no revolucionário russo para interpretar a formação social brasileira. No entanto, vale a pena destacar, no período mais recente, três trabalhos: os de Oliveira (2003), Maia (2005) e Silva (2014). Em *O Ornitorrinco*, ensaio de 2003 em que atualizou o debate proposto em *A razão dualista* — livro da década de 1970 —, Francisco de Oliveira nos diz que “a longa ditadura militar de 1964 a 1984 prosseguiu, agora nitidamente, com a ‘via prussiana’”. E o que caracterizaria essa *via prussiana* no Brasil? Oliveira responde: “fortíssima repressão política, mão de ferro sobre os sindicatos, coerção estatal no mais alto grau, aumentando a presença de empresas estatais numa proporção com que nenhum nacionalista do período anterior havia sonhado [...]”. Outro foi o caminho seguido por João Marcelo Ehlert Maia. Alicerçado em Lênin, ele argumenta, com base em um diálogo entre as contribuições de Gilberto Freyre, Otávio Velho e Vicente Licínio Cardoso, que a percepção de que o Brasil teria uma geografia social “russa” implica observar também que o país teria produzido um americanismo específico. Assim, como uma terceira via original, o Brasil é apresentado

10 Há aqui uma curiosidade. A principal crítica ao texto de Coutinho partiu de Moraes (2001). E Moraes foi justamente um dos primeiros a tratar da *via prussiana* no Brasil em um artigo-editorial intitulado “As contradições no seio das classes dominantes”, publicado em 1971 na revista *Debate*. Ver Moraes (2007, p. 223).

11 Sobre a recepção de Lukács no Brasil, ver Frederico (2007).

12 Sobre esse tema, ver Jabbour (2017).

como a “Rússia Americana”. Em análise de outro tipo, Felipe Maia Guimarães da Silva articulou com sofisticação autores como Weber, Lênin, Gramsci e Barrington Moore para sua interpretação do Brasil, com ênfase no período da ditadura militar. A principal hipótese de Silva (2014, p. 40) é que, naquele período do regime militar, consolidou-se no Brasil “um tipo específico de ‘modernização conservadora’ ou de ‘via prussiana’ de transformações da agricultura cujas implicações são muito significativas para entender as vias de desenvolvimento da agricultura brasileira desde então”.

Lênin chega ao Brasil também por outros caminhos que não o da *via prussiana*. Um registro de sua importância é a incorporação de um de seus textos como capítulo na famosa coletânea *Política & sociedade*, organizada por Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevam Martins em 1979. Trata-se de “Sobre os partidos revolucionários”, uma seleção de excertos de *Que fazer?*, de Lênin. Os autores justificam a entrada de Lênin na coletânea pela “importância, na história contemporânea, dos partidos de ‘vanguarda’, constituídos à base de células” (CARDOSO; MARTINS, 1979, p. 5). O mesmo Carlos Estevam Martins já havia adotado Lênin como o principal referencial teórico de seu *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*, publicado em 1977. Mas ali era o Lênin do tema do “capitalismo de Estado” que falava mais alto. Martins é assertivo ao declarar a atualidade desse debate: “A questão do capitalismo de Estado não é nova [...]. A despeito de sua ‘antiguidade’, porém, ela continua a ser, ainda hoje, atualíssima e, ao que tudo indica, tem todas as chances de sobreviver ao próprio século que viu nascer” (MARTINS, 1977, p. 4).

No campo das relações internacionais foram seguramente os conceitos leninianos de *autodeterminação dos povos* e *imperialismo* os que assumiram maior protagonismo, capaz de fomentar debates ainda atuais. O legado contemporâneo da ideia de *autodeterminação dos povos* parece mais óbvio. Ainda que fosse uma ideia já presente nas pautas da I Internacional, foi com a formulação de Lênin (1980d) em 1914 que ela se materializou na primeira Constituição da URSS, em 1924, e foi colocada em prática por meio do apoio político e estrutural do país às forças políticas de libertação nacional que atuaram em processos de descolonização na segunda metade do século XX. Como bem observa Fernandes (2017, p. 9), “[...] dado o poder das potências coloniais dominantes, não haveria processo de descolonização tão amplo e tão profundo no mundo caso a luta anti-imperialista não tivesse sido convertida em pilar das políticas externas da União Soviética [...]”.

Não seria exagero dizer que o formato atual do sistema internacional é resultado direto da formulação de Lênin sobre a *autodeterminação dos povos*, mas também da sua teoria do imperialismo. Claro, essa teoria, já discutida na seção anterior não pode nem deve ser utilizada sem atualizações nos dias de hoje. Mas isso não significa dizer que ela não seja determinante para a compreensão do sistema internacional contemporâneo. Concordamos com Osório (2018, p. 74-75) quando diz que “seu próprio caráter de análise concreta da realidade presente requer ser adaptado às novas circunstâncias decorrentes das transformações posteriores do modo de produção capitalista”. Ade-

mais, “eventuais lacunas não comprometeram em nada a genialidade das fecundas ideias pioneiras que ainda embasam as reflexões sobre o imperialismo hodierno”. Essa linhagem teórica que atualiza Lênin é profícua em todo o mundo. No caso específico da América Latina, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Carlos Eduardo Martins partiram da teoria do imperialismo para construir a chamada teoria marxista da dependência (TMD), com enorme repercussão regional. Ao tratar do tema, Kowarick (1975, p. 68) indica que “a teoria da dependência, de toda forma, é uma complementação da teoria do imperialismo, conforme exposta classicamente por Lênin”¹³.

Na seção anterior dissemos que há um tema também atual que une Engels e Lênin: o combate ao dogmatismo. Para os dois autores, o marxismo não é um dogma, mas sim um método de análise e intervenção na realidade. Esse combate ao dogmatismo está também expresso na clássica frase de Lênin (1965, p. 165, tradução nossa): “A alma do marxismo é a análise concreta da situação concreta.” Quando Lukács apresenta sua conhecida definição de *marxismo ortodoxo*, é rigorosamente nesse debate que ele a insere. “O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método”, sintetiza Lukács (1989, p. 15). Gruppi (1979, p. 297), um de seus melhores intérpretes, nos diz que “do estudo do pensamento de Lênin, fica-nos a persuasão de que a característica mais profunda de seu método, de sua mentalidade, é o sentido da concreticidade histórica, a consciência da historicidade”. Gruppi tem razão. Mais do que o ensinamento de uma tática específica que possa ser encontrada em algum de seus muitos textos de política, o que fica de legado aos dias de hoje é a ideia de que o que importa para qualquer analista de conjuntura política é “a análise concreta da situação concreta”. Fazia sentido, afinal, que Antonio Labriola, Antonio Gramsci e Adolfo Sánchez Vázquez preferissem chamar o marxismo de “filosofia da *práxis*”. Um baita ensinamento aos cientistas políticos que, pela semelhança, pode ser encaixado ao lado das lições de Maquiavel acerca da “verdade efetiva das coisas”.

Esse legado de Lênin para a política foi bem explorado, embora de maneira diversa, por Florestan Fernandes e por Poulantzas, em torno da “autonomia relativa do político” em relação à economia. Segundo Fernandes (1978), Lênin desvendou “o grau de autonomia relativa do político e a intensificação dessa autonomia nos momentos de crise e revolução. Com ele, o marxismo torna-se politicamente operacional, o que explica porque, depois dele, converte-se em marxismo-leninismo”. O sociólogo brasileiro não cita Poulantzas, mas é intuitivo imaginar que a sua leitura sobre a “autonomia relativa do político” foi influenciada pelo marxista grego. Em *Poder político e classes sociais*, Poulantzas investe nesse tema como contribuição da ciência política marxista para a análise de conjuntura. A passagem a seguir sintetiza sua avaliação sobre o objeto da política em Lênin e sua relação com a conjuntura:

13 Para uma abordagem sobre outros usos do conceito de *imperialismo* no mundo contemporâneo, ver Garcia (2010).

O objeto da prática política, tal como aparece no desenvolvimento do marxismo por Lênin — é o lugar onde, em última análise, se fundem as relações entre as diversas contradições, relações que especificam a unidade da estrutura; o lugar a partir do qual se pode, em uma situação concreta, decifrar a unidade da estrutura e agir sobre ela com vista à sua transformação. Queremos dizer com isto que o objeto a que se refere a prática política está dependendo dos diversos níveis sociais — a prática política tem como objeto simultaneamente o econômico, o ideológico, o teórico e “o” político em sentido estrito — na sua relação, a qual constitui uma conjuntura (POULANTZAS, 1986, p. 39).

A ênfase até aqui foi no caráter de atualidade das contribuições teóricas de Engels e Lênin. Mas não deve ser esquecido que esses autores são também referenciais para a própria prática da política de centenas de partidos espalhados por todo o mundo. Apenas para ficarmos em um exemplo: em comemoração do aniversário de 150 anos de Lênin, completados em 22 de abril de 2020, cerca de 90 partidos comunistas e operários de todo o mundo publicaram uma declaração conjunta em homenagem ao revolucionário russo. O documento afirma que Lênin foi “o teórico que, levando em conta a realidade concreta, desenvolveu ainda mais as partes constituintes do marxismo; isto é, a filosofia, a economia política e o comunismo científico”. E como teórico, Lênin foi “opponente de qualquer distorção oportunista e revisionista da teoria e prática revolucionárias, do dogmatismo, do sectarismo, das ilusões parlamentares, sem negar a intervenção no parlamento”. A declaração conclui com um chamado para a defesa

Foto: Amos Chapple (RFE/RL)



Não deve ser esquecido que Engels e Lênin, para além de suas contribuições teóricas, são também referenciais para a própria prática da política de centenas de partidos espalhados por todo o mundo

Estátua de Lênin inaugurada em junho de 2020 na cidade alemã de Gelsenkirchen. Iniciativa do Partido Marxista-Leninista Alemão (MLPD)

de seu legado: “Lutamos pela continuação de sua obra e nos comprometemos a continuar a defender sua herança, a difundir-la e exortamos os trabalhadores e os povos a aprender com ela” (93 PARTIDOS, 2020).

Por óbvio, nem todas as contribuições de Engels e Lênin podem e devem ser replicadas nos dias de hoje. As teorias dos partidos políticos desenvolvidas pelos dois, por exemplo, ficaram historicamente datadas. Vejamos. Na interpretação de Engels (2012, p. 10), “os partidos políticos individuais são a expressão política mais ou menos adequada dessas mesmas classes ou frações de classes”. Essa formulação sobre o caráter de classe dos partidos foi muito influente na teoria política marxista do século XX. Lênin (1979, p. 189), por exemplo, considerava de modo muito semelhante que “numa sociedade baseada em classes, a luta entre as classes hostis converte-se de maneira infalível, numa determinada fase de seu desenvolvimento, em luta política. A luta entre os partidos é a expressão mais perfeita, completa e acabada da luta política entre as classes”. Contudo, a complexificação da sociedade civil no desenrolar do século XX transformou essa relação entre partidos e classes sociais em um fenômeno não tão imediato; ao contrário, a literatura especializada mais recente demonstrou como após o fim da Segunda Guerra teve início nas democracias contemporâneas uma mediação entre partidos e classes muito mais complexa do que aquela observada por Engels e Lênin.

A resultante falta de identificação entre classe e partido teria a ver com o contexto de expansão do sufrágio no pós-Segunda Guerra. Muitos autores passaram e entender que, no jogo eleitoral, a identificação com uma única classe seria um empecilho para a conquista de votos. Por isso o surgimento do chamado *partido pega-tudo*, segundo Kirchheimer (2012), ou *partido profissional-eleitoral*, conforme Panebianco (2005). Na interpretação do primeiro, essa mudança envolve “a drástica redução da bagagem ideológica do partido” e a “perda da ênfase na *classe gardée*, na classe social específica ou na clientela confessional em favor do recrutamento de eleitores da população em geral” (KIRCHHEIMER, 2012, p. 370-371). Mais recentemente, Katz e Mair (1995) cunharam o termo *partido de cartel* para designar essa redução do caráter classista e programático dos partidos. “O resultado é que o conceito de política enquanto conflito social, no qual os partidos eram entendidos como representantes de interesses políticos de forças sociais opostas, é hoje cada vez menos relevante dentro do regime político no seu conjunto”, avalia Mair (2003, p. 285).

Ainda no âmbito da teoria marxista dos partidos políticos, Umberto Cerroni promoveu um interessante diálogo entre Gramsci e Kirchheimer. Para Cerroni (1982, p. 20), “pode-se concluir que a luta de classe é uma luta de partidos e que, todavia, a luta dos partidos não é *ipso facto* a luta das classes”. Cerroni percebeu que uma identificação tão mecânica entre partido e classe, como havia nos tempos de Engels e Lênin, havia ficado para trás. Não apenas o campo político teria uma certa autonomia do campo econômico, como também diversos outros elementos interagiriam, como o contexto histórico, a preparação cultural, a concepção de mundo etc. Daí a fragilidade de classe de alguns partidos políticos, mesmo os social-democratas. Marxista de

outra linhagem, a do marxismo analítico, Adam Przeworski preferiu observar essa flexibilização classista como uma escolha racional dos partidos políticos. O ponto de Przeworski é convincente: os sistemas eleitorais costumam exigir que os vencedores sejam aqueles que conquistem algo em torno de 50% dos votos nas eleições. Ocorre que em nenhuma sociedade a classe operária por si só conformou mais da metade da população, ou algo próximo dessa porcentagem. A social-democracia deveria fazer uma escolha: “ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe mas condenado à perpétua derrota eleitoral ou um partido que luta pelo êxito eleitoral às custas da diluição de seu caráter de classe” (PRZEWORSKI, 1989, p. 39). Os social-democratas optaram pelo segundo caminho.

Na literatura marxista a abordagem mais sofisticada sobre a questão dos partidos políticos surgiu em fins da década de 1960 com *Poder político e classes sociais*, de Poulantzas. Debruçado sobre uma releitura de *18 de Brumário...* e de *As lutas de classes na França*, Poulantzas estimulou uma série de novas pesquisas a respeito das relações entre a política, o Estado, os partidos e as classes sociais no âmbito da ciência política sob uma perspectiva marxista. Poulantzas distingue a ação das classes e frações de classe em duas instâncias: na cena política e no bloco no poder. (1) A cena política é o lócus das instituições, o espaço próprio de atuação dos partidos políticos como representantes das classes e frações de classe. Nas palavras de Poulantzas (1986, p. 241), a cena política é o espaço que “contém precisamente a luta das forças sociais organizadas em partidos políticos”. *Grosso modo*, poderíamos dizer que a cena política é o espaço da “aparência” do poder. Já o bloco no poder, ao contrário, é o espaço propriamente dito da realização da “essência” do poder. O bloco no poder é o lugar privilegiado de operação das práticas políticas das classes e frações de classe, sempre sob a hegemonia de uma dessas frações. Segundo Poulantzas (1986, p. 242), “a cena política, como campo particular de ação dos partidos políticos, encontra-se frequentemente defasada em relação às práticas políticas e ao terreno dos interesses políticos das classes”. Essa defasagem significa que uma classe ou fração em uma determinada conjuntura pode estar ausente da cena política, mas presente no bloco no poder. De acordo com o autor, Marx percebeu essa diferença expressa pela possibilidade de uma classe estar presente no bloco no poder, mas não estar na cena política. Por isso, dirá Poulantzas (1986, p. 244), Marx distinguiu “classes ou frações politicamente dominantes, participando do bloco no poder, e classes ou frações reinantes, cujos partidos políticos se encontram presentes nos lugares dominantes da cena política”. Essa distinção é fundamental para análises de conjuntura. Referenciado em Marx, Poulantzas cria um instrumental teórico e conceitual para explicar que, em um determinado contexto social, um partido governante — representação política da classe ou fração reinante — não necessariamente faz parte do bloco no poder. Ao estabelecer essa distinção mais sofisticada da complexa relação entre partidos e classes, Poulantzas (1986, p. 246) buscou se afastar da ciência política de seu tempo, que, em suas palavras, “reduz as relações de classe às relações entre partidos, e as relações entre partidos às relações de classe”.

Em suma, se Engels e Lênin estavam corretos em afirmar que no século XIX e no início do XX os partidos políticos eram as representações das classes sociais na luta institucional, também estão corretos os que afirmam que, no pós-Segunda Guerra, essa identificação tão nítida entre classe e partido foi flexibilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 ficará marcado para sempre como aquele em que a pandemia da covid-19 assustou e paralisou o mundo inteiro. Uma pena. Sob uma perspectiva política e teórica, esse deveria ser o ano das grandes homenagens e lembranças dos 200 anos de Engels e 150 anos de Lênin.

Momentos como esse são também propícios para balanços e avaliações de percurso. Ao longo do presente artigo busquei demonstrar como as principais contribuições de Engels e Lênin permanecem atuais e servem, inclusive, para a interpretação do Brasil, ainda que muitas delas tenham sido reelaboradas. De Engels, vimos como sua sociologia urbana, sua problematização sobre a questão de gênero e sua avaliação sobre o significado do direito permanecem sendo utilizados pela literatura contemporânea. De Lênin, observamos com mais precisão o modo como seu conceito de *via prussiana* foi apropriado, em articulação com os conceitos de *revolução passiva* e *modernização conservadora*, para a interpretação do Brasil. Sua teoria do imperialismo também serviu de alicerce para a formulação da chamada teoria marxista da dependência, com forte penetração na América Latina. Por fim, seu combate ao dogmatismo, complementado pela ideia de “análise concreta da situação concreta”, trouxe ferramentas preciosas para a ciência política contemporânea.

Em síntese, não é difícil concluir que a atualização e reelaboração das ideias fundamentais de Engels e Lênin, como ocorreu ao longo do século XX e segue acontecendo no século XXI, é também uma forma de manter suas obras vivas.

* Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: theofilomachadorodrigues@gmail.com

► Texto recebido em maio de 2020; aprovado em maio de 2020.

93 PARTIDOS revolucionários de todo o mundo afirmam: Honramos Lênin!. **Vermelho**, São Paulo, 22 abr. 2020. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2020/04/22/93-partidos-revolucionarios-de-todo-mundo-afirmam-honramos-lenin/>>. Acesso em: 19 maio 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Lênin e a filosofia**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

_____. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

AMAZONAS, João. Uma linha confusa e de direita. **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 10-16 jun. 1960, p. 10.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Teoria, política e história**: um debate com E. P. Thompson. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 11, 2000, p. 65-70.

BALIBAR, Étienne. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. **Ler O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. v. 2.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 11, 2000, p. 76-88.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BUONICORE, Augusto; RUY, José Carlos. **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. **Política & sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Prefácio. In: VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

CASTRO, Mary Garcia. Ensaio de Gênero, Desejo e Trabalho; Ontologia e Emancipação no Marxismo; Por Feminismos- Emancipacionista e Decolonial. **ODEERE — Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**. v. 4, número 8. p. 173-199. julho, Dezembro de 2019.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via “não clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 9, mar. 1979.

ENGELS, Friedrich. F. Engels a V. Zaslitch. In: FERNANDES, Rubem Cesar. **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. F. Engels a N. F. Danielson. In: FERNANDES, Rubem Cesar. **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Letters: 1883-1886. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. v. 47. New York: International Publishers, 1995.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Prefácio à edição inglesa de 1888. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Literatura de refugiados V. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. Posfácio [a "Questões sociais da Rússia"]. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERNANDES, Florestan. O que é o marxismo-leninismo? In: _____ (Org.). **Lênin**. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Luis. **A revolução bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.

FREDERICO, Celso. Presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 155-177, jun. 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 5.

GRUPPI, Luciano. **O pensamento de Lênin**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1983.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HILL, Christopher. **Lênin e a revolução russa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

HOBSON, John Atkinson. **Imperialism**: a study. Michigan: University of Michigan Press, 1985.

JABBOUR, Elias. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignacio Rangel. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 561-583, dez. 2017.

JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, 1, p. 5-28, 1995.

KAUTSKY, Karl. **Selected political writings**. London: Macmillan Press, 1983.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, abr. 2012.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAFARGUE, Paul. Recordações da vida íntima de Carlos Marx. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 347-361, maio 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. Kommunismus: Journal of the Communist International. In: _____. **Collected works**. Moscow: Progress Publishers, 1965, p. 165-167. v. 31.

_____. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Lisboa: Avante, 1975.

_____. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980a.

_____. Que fazer? In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1980b. t 1.

_____. Um passo em frente, dois passos atrás. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1980c. t 1.

_____. Sobre o direito das nações à autodeterminação. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1980d. t 1.

_____. Friedrich Engels. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1980e. t 1.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. What the "Friends of the People" are and how they fight the social-democrats. In: LENIN, Vladimir Ilitch. **Collected works**: 1893-1894. Moscow: Progress Publishers, 2008. v. 1.

LÖWY, Michael. Os Cadernos filosóficos e a Revolução de Outubro [Posfácio]. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

_____. **Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MAIA, João Marcelo Ehlert. A Rússia americana. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 427-450, ago. 2005.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, v. 38, n. 167, 2003.

MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Prefácio**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

_____; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. New York, 1995. v. 7.

_____; _____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. Direitos humanos: uma crítica marxista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 101, p. 109-137, ago. 2017.

MCLELLAN, David. **As ideias de Engels**. São Paulo: Cultrix, 1977.

MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 11, 2000, p. 89-97.

MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: _____. DEL ROIO, Marcos (Org.). **História do marxismo no Brasil**: visões do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, v. 12, São Paulo: Unesp, 2001.

_____. A grande virada de Lênin. **Crítica Marxista**, v. 34, São Paulo: Unesp, 2012.

MOTTA, Luiz Eduardo. Nicos Poulantzas, 30 anos depois. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 221-228, jun. 2009.

NAVARRO, Zander. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 3, p. 472-489, set. 2019.

NAVES, Marcio Bilharinho. A “ilusão da jurisprudência”. **Lutas Sociais**, n. 7, p. 1-7, 2001.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política**: as desventuras do liberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e relações internacionais**. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Felipe Maia Guimarães. **Questão agrária e modernização no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

THERBORN, Göran. **Do marxismo ao pós-marxismo?** São Paulo: Boitempo, 2012.

TKATCHOV, Pedro Nikititch. Carta aberta ao Sr. F. Engels. In: FERNANDES, Rubem Cesar. **Dilemas do socialismo**: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VALADARES, Loreta. A “controvérsia” feminismo x marxismo. **Princípios**. N. 18, p. 44- 49. jun/jul/ago, 1990.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.